



Revista Brasileira de História da Educação

ISSN: 2238-0094

Sociedade Brasileira de História da Educação

Santos, Yan Soares; Silva, Adriana Maria Paulo da
O Liceu de Artes e Ofícios do Recife e suas táticas de instrução
de trabalhadores negros no período pós-emancipação
Revista Brasileira de História da Educação, vol. 22, e218, 2022
Sociedade Brasileira de História da Educação

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e218>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576170157025>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

O LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RECIFE E SUAS TÁTICAS DE INSTRUÇÃO DE TRABALHADORES NEGROS NO PERÍODO PÓS-EMANCIPAÇÃO

The 'Lyceum of Arts and Crafts of Recife' and its education tactics
of black workers in the post-emancipation period

El 'Liceu de Artes e Ofícios do Recife' e sus tácticas de instrucción
de los trabajadores negros en el período post-emancipación

YAN SOARES SANTOS*, ADRIANA MARIA PAULO DA SILVA

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. E-mail: yan.ssantos27@gmail.com.

Resumo: Neste artigo, investigamos as relações verticais articuladas entre os trabalhadores negros do mercado de edificações, consócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, e os poderes públicos de Pernambuco, enquanto tática (Certeau, 2011) em prol de melhorias de condição de vida, apesar da insistente construção de teorias e práticas racistas no Brasil. Depois, analisamos algumas fotografias do Liceu de Artes e Ofícios (acervo da Universidade Católica de Pernambuco), instituição voltada para a instrução daqueles trabalhadores durante o pós-emancipação (Rios & Mattos, 2004). Evidenciamos que o liceu se direcionou para a instrução de crianças negras no Recife, bem como pugnou pela dignificação da condição de pessoas livres e trabalhadoras e pela manutenção de suas atividades coletivas.

Palavras-chave: associativismo; história da educação; pós-emancipação.

Abstract: In this article, we analyze the articulated vertical relations between black workers in the civil construction trade, members of the Society of Mechanical and Liberal Artists, and the public authorities of Pernambuco, as a tactic (Certeau, 2011) in favor of improvements in living conditions, despite the insistent construction of racist theories and practices in Brazil. Afterwards, we analyzed some photographs of the Liceu de Artes e Ofícios (collection of the Catholic University of Pernambuco), an institution dedicated to the instruction of those workers during the post-emancipation period (Rios & Mattos, 2004). We defend that the school turned to the instruction of black children in Recife, it fought for the dignification of the condition of free and working people and for the maintenance of their collective activities.

Keywords: associativism; history of education; post-emancipation.

Resumen: En este artículo, analizamos las relaciones verticales articuladas entre los trabajadores negros del mercado de la construcción, miembros de la Sociedad de Artistas Mecánicos y Liberales y las autoridades públicas de Pernambuco, como tática (Certeau, 2011) a favor de mejoras en las condiciones de vida, a pesar de la insistente construcción de teorías y prácticas racistas en Brasil. Posteriormente, analizamos algunas fotografías del Liceu de Artes e Ofícios (colección de la Universidad Católica de Pernambuco), institución dedicada a la instrucción de esos trabajadores durante el período de post-emancipación (Rios & Mattos, 2004). Constatamos que la escuela se volcó a la instrucción de los niños negros en Recife, luchó por la dignificación de la condición de la gente libre y trabajadora y por el mantenimiento de sus actividades colectivas.

Palabras clave: asociativismo; historia de la educación; post-emancipación.

INTRODUÇÃO

A lei de 28 de setembro do ano próximo findo, que inaugurou uma nova era nos fatos da história pátria, reclama instantaneamente a reforma e o melhoramento do ensino, de modo a ser ministrado também àqueles para os quais acabam de ser quebrados os ferros da escravidão. Uma Lei da divina harmonia que preside o mundo, como já o disse um escritor contemporâneo (Tavares Bastos), prende as grandes questões sociais: emancipar e instruir é a forma dupla do mesmo pensamento político. O que havemos de oferecer a esses entes degradados que vão nascer para a liberdade? – o batismo da instrução. O que reservaremos para sustentar as forças produtoras esmorecidas pela emancipação? – o ensino, esse agente invisível, que, centuplicando a energia do braço humano, é sem dúvida a mais poderosa das máquinas de trabalho (Pinto Júnior, 1872, p. 7).

O debate sobre a instrução da população, nos idos dos anos 1870, foi ampliado após a promulgação da Lei do Ventre Livre. Políticos e intelectuais, em conferências e periódicos, publicizaram suas preocupações em torno da instrução dos possíveis infantes que, por meio da lei de 1871, estariam livres.

João José Pinto Júnior, político e intelectual atuante no Recife, foi um dos principais articuladores de ações públicas e particulares voltadas para a instrução. Ajudou na aprovação da lei da liberdade de ensino, permitindo a abertura de aulas particulares, sem necessidade de licenciamento prévio da diretoria da instrução, bem como instalou a Sociedade Propagadora da Instrução Pública, que abriu cursos de instrução primária e secundária no Recife (Santos, 2021). Em artigo escrito para a Revista da Instrução, no Recife, argumentou a favor da instrução dedicada aos infantes que seriam (supostamente) libertos pela Lei do Ventre Livre, um agente invisível daquela emancipação.

Naquele ano, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais (daqui em diante SAML), composta por trabalhadores do ofício mecânico e liberal, majoritariamente negros e pardos, já contava com subvenção regular para a manutenção de suas atividades de instrução para crianças, com uma escola noturna. Políticos e intelectuais como Manoel do Nascimento Machado Portela (que foi presidente da província) e João José Pinto Júnior envolveram-se no projeto de levar adiante a construção de uma escola para a instrução de ofício no Recife. Por um tempo sem prédio, o Liceu de Artes e Ofícios somente foi inaugurado em 1880: um palacete em frente ao Teatro Santa Isabel e ao Palácio do Campo das Princesas (local de moradia e exercício do poder executivo provincial, hoje estadual de Pernambuco) (Mac Cord, 2012).

A historiografia da educação já demonstrou que não houve impeditivos legais para a matrícula e a frequência escolar de crianças negras e pardas livres nas escolas públicas e particulares durante o período imperial (Gondra & Schueler, 2008; Silva, 2000; Silva, 2007); ao contrário, a instrução foi uma das principais táticas agenciadas por famílias pretas e pardas para a ascensão social, em pleno período escravista (Silva, 2018, 2019).

Os trabalhadores de ofício mecânico e liberal atuantes na cidade do Recife edificaram uma trajetória, na perspectiva de desgarrarem-se do jugo escravista e do preconceito ao trabalho manual existente na época. Fundaram uma associação predominantemente formada por trabalhadores negros e pardos, cuja principal ação foi a abertura de cursos de instrução para si e para os seus.

Considerando a publicação da Revista da Instrução Pública de 1871, assinada por João José Pinto Júnior, na qual a instrução seria um 'batismo', expurgando o passado escravista das crianças libertas pela Lei do Ventre Livre, nosso objetivo é analisar os esforços agenciados pelo Liceu de Artes e Ofícios em prol da instrução de ofício voltada para si e para os seus. Faremos isso em dois momentos específicos: primeiro, investigaremos as relações dos consócios da SAML com os poderes públicos de Pernambuco, como estratégia de manutenção não só da distinção social como também da subvenção destinada à associação; depois, analisaremos algumas fotografias do Liceu de Artes e Ofícios, condicionantes das nossas interpretações acerca dos caminhos edificadas e defendidos pela instituição, durante o pós-emancipação.

O pós-emancipação é um período cujo início é facilmente percebido, logo após a promulgação da Lei Áurea em 1888, sendo, entretanto, difícil encontrar sua data limite. Sob essa rubrica, estuda-se a diversidade de ações direcionadas à construção e à defesa de teorias racistas, seja em âmbito acadêmico, seja enquanto políticas de embranquecimento (Cunha, 2005; Dávila, 2006; Paixão & Gomes, 2008a, 2008b). Noutro polo, desenvolvem-se pesquisas sobre a diversidade de táticas e estratégias agenciadas pela população negra e parda em prol de ascensão social e melhoria de condições de vida após o 13 de maio (Domingues, 2010, 2014; Rios & Mattos, 2004; Silva, 2019). Uma das alternativas encontradas para a pesquisa sobre o pós-abolição, como mencionado por Hebe Mattos e Ana Maria Rios (2004), foi a utilização da história oral, cujos relatos de descendentes da última geração de escravos foram coletados desde meados de 1988, bem como o estudo dos censos de 1920 e 1940. Recentemente, Carlos Alberto Ivanir dos Santos analisou o desenvolvimento de ideologias racistas entre os séculos XVII e XIX, direcionadas à intolerância religiosa aos adeptos das religiões de matrizes africanas, assim como o processo de marginalização social e política desses sujeitos na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1950 e 2008 (Santos, 2018). Esses estudos possuem um recorte cronológico extenso, como vimos. É com base nesse recorte que pretendemos iniciar nossa análise em 1870 e finalizá-la, possivelmente, nos idos de 1930-1950, período no qual as fotografias encontradas do Liceu de Artes e Ofícios foram produzidas.

Este trabalho se insere nos estudos sobre o pós-emancipação. Nele, analisamos as relações verticais articuladas entre os trabalhadores negros do mercado de edificações, consócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, e os poderes públicos de Pernambuco, enquanto tática (Certeau, 2011) em prol de melhorias de condição de vida, apesar da insistente construção de teorias e práticas racistas no Brasil. Depois, analisamos algumas fotografias do Liceu de Artes e Ofícios (acervo da Universidade Católica de Pernambuco), instituição cujo objetivo é instruir aqueles trabalhadores durante o pós-emancipação (Rios & Mattos, 2004). Evidenciamos que o liceu se voltou para a instrução de crianças negras no Recife, pugnou pela dignificação da condição de pessoas livres e trabalhadoras e pela manutenção de suas atividades coletivas.

UMA ASSOCIAÇÃO EM DEFESA DO ENSINO PROFISSIONAL

No trigésimo nono aniversário da instalação da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, deu-se a inauguração do prédio do Liceu de Artes e Ofícios. Para Machado Portella, sócio benfeitor e diretor da associação naquele ano, o palacete do liceu fora edificado graças à protetora ação dos poderes públicos, secundada pela ação particular, a fim de habilitar a ‘classe artística’ da província (Imperial, 1881, p. 14). No mesmo discurso, o então diretor da SAML tratou de relatar panegíricas e laudatórias memórias dos trinta e nove anos de atuação da associação. Lembrou que, em 1870, o próprio imperador Pedro II escrevera uma carta aos consócios da associação, na qual pedia que os artistas construíssem edifícios apropriados para o ensino primário, em lugar de presenteá-lo com uma estátua (Imperial, 1881, p. 14).

O projeto do Liceu de Artes e Ofícios veio ‘de cima’, efeito da própria relação com os poderes públicos que foi tecida pelos trabalhadores negros do mercado de edificações. O antigo ‘liceu provincial’ chamava-se Ginásio Pernambucano, na década de 1870, e foi mantido pelos poderes públicos, sem qualquer relação com o Liceu de Artes e Ofícios. A nomenclatura adotada pela instituição a cargo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais possibilitou, inclusive na tentativa de legitimação institucional com a congênere carioca, o ‘Imperial Liceu de Artes e Ofícios da Corte’. Naquela altura, na década de 1870, presidentes da província ocupavam os altos cargos da associação e articulavam, na política provincial, os rumos da associação e das acomodações das aulas (Mac Cord, 2012).

Como inspetor geral da instrução pública em 1876, João Barbalho Uchôa Cavalcanti relatou que, mesmo sem um prédio próprio, o liceu funcionou com aulas de língua nacional frequentadas por 23 (vinte e três) alunos; de língua francesa, por 9 (nove); de geometria, por 10 (dez) alunos; e de desenho, por 11 (onze) (Cavalcanti, 1875).

Segundo o inspetor da instrução, em 1875, o curso do liceu compreendia, além da instrução primária, as aulas de língua nacional e língua francesa; aritmética e geometria aplicada; arquitetura e desenho geométrico aplicado à construção; desenho e, por fim, aulas de taquigrafia. De acordo com Uchôa Cavalcanti, a instrução artística ministrada pelo referido estabelecimento precisava compreender outros conhecimentos, formando seus alunos de maneira mais completa. Conforme João Barbalho, os cursos deveriam contar com as seguintes disciplinas: Noções de Ciências Naturais, Escultura, Gravura, Pintura e Música (Cavalcanti, 1875).

As informações acerca de admissão dos alunos, planos de estudos, recrutamento e perfil de docentes são escassas e quase inexistentes. Como demonstrou Marcelo Mac Cord, o consócio Félix de Valois Corrêa, por exemplo, era torneiro mecânico, professor do liceu e professor público da instrução primária, além de membro do Instituto dos Professores de Pernambuco e da Sociedade Propagadora da Instrução Pública. Como mencionamos acima, o curso do liceu foi composto de instrução primária e contou com matérias específicas da instrução secundária (Mac Cord, 2012).

A inauguração do edifício do Liceu de Artes e Ofícios ocorreu em momento conflituoso da sociedade imperial. Na aurora da década de 1880, a discussão abolicionista alcançou um terreno de conflitos entre sociedade civil, sociedade de emancipação e proprietários de escravos. Nos gabinetes políticos, o conflito não passou despercebido, nem a pressão para que se resolvesse a questão da emancipação. No terreno político, as eleições eram consideradas assunto tão importante quanto o futuro do trabalho escravo. A possibilidade de auferir cidadania ativa por meio da capacidade de votar e ser votado sempre foi assunto espinhoso aos potentados políticos imperiais.

De acordo com Adriana Silva, os docentes, pela chancela da alfabetização da população, figuraram com grande importância no jogo político eleitoral do Império. Imersos no ‘turbilhão da política’, utilizaram de suas relações clientelares em prol de benefícios pessoais, auxiliando algum político local (Silva, 2007), através das restrições impostas pela Lei Saraiva (que depurou os direitos políticos de grande parte dos eleitores pobres no país, por meio de ‘princípios de distinção’ baseados na renda média anual, na comprovação dessa renda e na alfabetização) (Souza, 2012a). Aqueles trabalhadores do ofício docente permaneceram valiosos aos interesses políticos locais.

Cabe-nos ainda salientar o fato de que aqueles trabalhadores de ofício abriram suas próprias escolas e, por vezes, atuaram como docentes. Nos idos de 1880, as escolas de instrução instaladas pelas associações, por meio da diplomação de seus(suas) alunos(as), auferiam-lhes certificado de alfabetizados(as), além de comprovantes de renda, atuando, assim, em prol da cidadania ativa de seus consócios e colegas de profissão.

Acreditamos que a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais não atuou apenas na expedição de comprovantes de renda mas também, e principalmente, como instituição que letrou, alfabetizou e instruiu camadas populares. Identificamos essa atuação como as táticas (Certeau, 2011) agenciadas por aqueles trabalhadores em prol de si e dos seus, diante da ‘depuração’ do eleitorado, após a promulgação da Lei Saraiva, em 1880. Apesar de essa lei ter provocado uma homogeneização do eleitorado, restringindo-o, em sua maior parte, aos indivíduos oriundos das classes mais ricas da sociedade, a instrução fornecida pelo liceu figurou, possivelmente, como esperança para trabalhadores desejosos de cidadania ativa.

As matrículas nos cursos ofertados pelo Liceu de Artes e Ofícios variaram bastante ao longo dos vinte anos de seu exercício. Entre os anos de 1881 e 1900, o liceu teve 11.868 (onze mil oitocentas e sessenta e oito) matrículas. Entre as pessoas que declararam alguma profissão, 4.607 (quatro mil seiscentas e sete) eram artistas e 3.494 (três mil quatrocentas e noventa e quatro) declararam profissão diversa da de artesão. Por fim, 3.767 (três mil setecentas e sessenta e sete) pessoas se matricularam nos cursos do Liceu de Artes e Ofícios, provavelmente em busca de habilitação profissional de artista mecânico e/ou liberal, pois declararam-se ‘sem profissão’ (Castro, 1900).

Nosso argumento é o de que as aulas no Liceu de Artes e Ofícios, a partir da inauguração de seu prédio, contaram com um número grande de matrículas, devido, principalmente, à busca de instrução pelas ‘camadas populares’, as quais procuravam alguma habilitação para o trabalho de ofício e/ou a obtenção da cidadania ativa, que é a participação popular capaz de criar, transformar e controlar o poder ou os poderes, por meio do direito de participar politicamente, votar e ser votado (Silva & Silva, 2006). Dos 11.868 (onze mil oitocentas e sessenta e oito) matriculados nas aulas da SAML, 6.422 (seis mil quatrocentos e vinte e dois) matricularam-se em aulas capazes de lhes auferir o título de alfabetizados – foram 1.604 matrículas nas aulas de português, 1.803 matrículas nas aulas primárias para adultos e 3.015 matrículas nas aulas primárias para crianças. Ou seja, entre os anos de 1881 e 1900, 54% das matrículas se destinaram aos cursos de aprendizagem da leitura e da escrita (Castro, 1900).

A liberdade de ensino em Pernambuco, possivelmente instituída em 1873, foi aprovada pela Assembleia Provincial e levada a cabo por Uchôa Cavalcante, nomeado ao cargo de inspetor geral da instrução pública (algo como secretário de educação, atualmente), a fim de auxiliar os poderes públicos na instrução da população. Mas não foram apenas os poderes públicos que perceberam a dificuldade em relação à instrução da população; os próprios consócios da SAML denunciavam a má formação de artistas atuantes.

O texto intitulado *Por que definham as artes em nosso país*, escrito por Cyrillo Augusto da Silva Santiago, professor da instrução pública primária desde 1871 e do Liceu de Artes e Ofícios e, durante a década de 1880, editor da Revista do Grêmio dos Professores Primários, apontava as causas aparentes, como também as causas reais e

condenáveis do ‘atraso’ das artes. O termo ‘artes’, referente às artes mecânicas vinculadas aos trabalhos mecânicos de construção civil, metalurgia, arquitetura e carpintaria, foi utilizado para se distinguir das artes plásticas e cênicas. As causas aparentes disso relacionavam-se a certa ‘credibilidade simbólica’ depositada pela sociedade nos artistas, seja por seu ‘futuro profissional’, caso optassem por se instruir em alguma arte, seja pela relação de determinados costumes contraproducentes (sem que se especificassem quais seriam) como inerentes ao ofício de artista. O professor listou quatro ‘causas reais’ para o ‘atraso’ das artes no país, sendo duas as questões principais: uma relacionada ao ‘valor’ das artes; outra, à exploração da infância. Segundo Cyrillo, a sociedade brasileira ignorava o ‘valor’ das artes em prol do ‘engrandecimento de uma nação’, da mesma maneira que ignorava o ‘valor’ das artes para o desenvolvimento científico; por fim, salientou o fato de os próprios artistas desconhecerem seu ‘valor’ social (Santiago, 1896).

Passados dezesseis anos desde a inauguração do palacete no bairro de Santo Antônio, a defesa do ofício de artista mecânico via-se necessária. Cyrillo desvinculou o período escravista das ‘causas reais’ do ‘atraso’ das artes; no caso, a própria associação, durante sua emersão, procurou desvincular-se da escravidão e do estigma do ‘defeito mecânico’ (Mac Cord, 2012).

A questão da cidadania ativa foi dedicada aos libertos pelas leis de emancipação, como já destacamos. Novas disputas surgiram no alvorecer da República, dentre elas, as tentativas de obter representatividade nas instituições políticas (direito ao voto, por meio da comprovação de renda e letramento), a manutenção das trocas interessadas com os poderes públicos e com a elite local pernambucana e a constante necessidade de afirmação do ‘valor’ do trabalho. E todas elas foram esforços ininterruptos.

As experiências daqueles trabalhadores e suas atuações estratégicas permitiram a construção de um palacete que comportasse as aulas do Liceu de Artes e Ofícios e a conquista de subvenções durante o período imperial e a Primeira República.

Esses trabalhadores persistiram na luta pelo prestígio e pelo valor de seu ofício. Não bastou desvincularem-se do estigma da cor (marca social de desaprovação e marginalização de sujeito relacionada a sua cor; no caso brasileiro, o racismo voltado para pessoas negras) e do ‘defeito mecânico’ (outro estigma social de marginalização e inferiorização de sujeitos que trabalham com ofícios manuais, como os artistas mecânicos ligados aos serviços de carpintaria, metalurgia e construção civil), numa sociedade estamental; passaram a atuar constantemente em benefício da sua cidadania ativa, por direitos políticos plenos. Aqueles ‘aristocratas operários’ – como Hobsbawm designou a camada de trabalhadores que se hierarquizava em relação aos demais, edificando melhores condições de vida e trabalho (Hobsbawm, 2008) – teceram relações verticais, por exemplo, com Pierre Collier, um dos donos da Fábrica de Tecidos de Camaragibe. Essa indústria, criada pelos empreendedores Carlos Alberto de Menezes e Pierre Collier, ensejou a construção de uma Vila Operária (local

de moradia dos trabalhadores da fábrica, para evitar longos deslocamentos e favorecer o acesso à escola, à igreja, aos clubes de recreação, todos vinculados à vila), dando origem ao município de Camaragibe, que atualmente faz parte da Região Metropolitana do Recife (Castro, 1906). Anos depois, já em 1922, o mesmo Pierre Collier fez parte do Conselho Consultivo da SAML (Cunha, 1922).

Na próxima seção, apresentaremos algumas fotografias do Liceu de Artes e Ofícios, por meio das quais analisaremos o olhar dos artífices sobre seu empreendimento, aqueles trabalhadores que, durante todo o século XIX, pugnaram pela manutenção de sua ação de ensino de ofício mecânico e publicizaram, nos primeiros anos do século XX, sua visão sobre o liceu. Cômodos, objetos pedagógicos, atividades de ensino e recreio foram registrados. Também investigaremos, mediante as evidências das próprias imagens, os períodos em que os registros foram realizados.

O LICEU EM IMAGENS

A ‘virada pictórica’ de historiadores, ao se utilizarem de fotografias, pinturas e gravuras como ‘indícios’ de uma ‘evidência histórica’, foi analisada por Peter Burke. Segundo ele, as “[...] pinturas, estátuas, publicações (e assim por diante) permitem a nós compartilharmos as experiências não verbais ou o conhecimento de culturas passadas” (Burke, 2017, p. 24). As imagens registram atos de testemunho ocular que, intencionalmente, transparecem ou omitem determinados ‘pontos de vista’.

Embora se discutam as intenções do artista, seja para representar o mundo visível de forma fiel, para idealizá-lo ou fazer uma alegoria (Burke, 2017), indubitavelmente, as fotografias realizam a mediação entre sujeitos históricos e o mundo visível e nascem da necessidade de simbolização (Mauad, 2014). No esforço de investigação da historicidade dessa associação, nos indagamos, a partir de imagens do Liceu de Artes e Ofícios: o que queriam simbolizar? A quem queriam alcançar, ao capturar momentos de aula primária e/ou profissional, o momento de recreio de alunos, as salas de aulas e suas mobílias, as dependências do liceu e seu museu escolar? Procuramos analisar algumas dessas imagens.

Nosso esforço é, também, o de examinar fotografias do mundo do trabalho nas quais estivessem trabalhadores(as), professores(as) e alunos(as) negros(as). Segundo Álvaro Nascimento, a historiografia social do trabalho preferiu fotografias representativas de trabalhadores imigrantes (principalmente europeus), preterindo, consequentemente, retratos de um mundo do trabalho negro (Nascimento, 2016).

Destacamos os ‘sujeitos da educação e das práticas pedagógicas’, ou seja, as imagens com professores(as) do liceu e sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, bem como momentos de aulas e recreio de alunos e alunas. Nesta seção, as cores daqueles sujeitos nos permitiram analisar continuidades e/ou permanências

quanto ao público atendido pela instituição, entre o momento de inauguração do liceu e a continuidade de suas atividades.

Resta uma ressalva quanto à datação das imagens. O acervo on-line ao qual tivemos acesso pertence à Biblioteca da Universidade Católica de Pernambuco; nele, a datação das fotografias consta como sendo de 1966 em diante. Tivemos algumas dúvidas quanto à exatidão das respectivas datas e seguimos alguns indícios, a fim de nos aproximar dos conteúdos das fotografias e da década na qual foram produzidas.

Observamos que quase a totalidade das imagens pesquisadas apresenta um pequeno ‘cartão descritivo’ abaixo do momento capturado. Todos esses cartões possuem uma inscrição feita a lápis, no lado direito: ‘sem data’. Acreditamos que, em determinado momento da catalogação daquelas imagens, o(a) profissional responsável, por não encontrar qualquer informação evidenciando a data de revelação e obtenção das fotografias, lançou dúvidas quanto à verossimilhança da datação efetuada pela UNICAP, que é a instituição de guarda desses registros.

Acreditamos que algumas fotografias datem da década de 1930 até a de 1940. No decorrer das análises, fizemos outras ressalvas quanto aos elementos indicativos da datação das imagens.

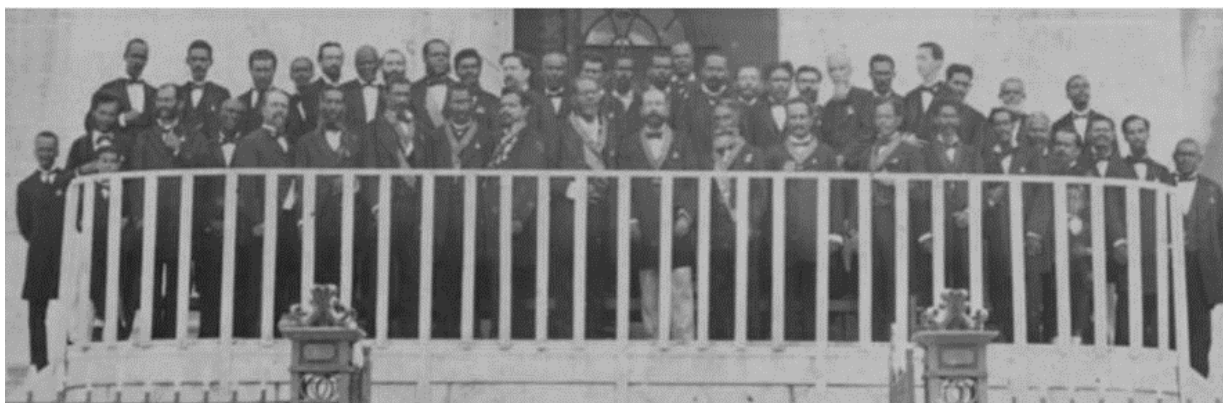


Figura 01 – Inauguração do Liceu de Artes e Ofícios.
Fonte: Liceu de Artes e Ofícios (1880).

A primeira imagem do Liceu de Artes e Ofícios (Figura 01), do dia de sua inauguração, em novembro de 1880, é um ‘ponto de chegada’ emblemático da trajetória de relações verticais e horizontais estrategicamente articuladas pelos trabalhadores de ofícios mecânicos e liberais no Recife. No centro da foto, há a presença de Manoel do Nascimento Machado Portella, principal político envolvido com a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, na época. Não apenas foi membro das elites letradas e proprietárias mas também presidente da província de Pernambuco, anos antes da fotografia. Mac Cord (2012) defendeu que, à direita de Machado Portella, estava o primeiro diretor adjunto da mutualista, João dos Santos Ferreira Barros, descendente de José Ferreira Barros, um dos fundadores da associação.

Segundo Marcelo Mac Cord, deve-se dar destaque ao vestuário dos consócios da SAML, no momento da captura da fotografia: o uso de casacas, peça de distinção social da época, mas que também separava o homem de cor livre do mundo da escravidão (Mac Cord, 2012, p. 408).

Decerto o protagonismo dos homens de cor, nos principais locais de poder, do liceu e da sociedade, foi confirmado. Os artífices de cor do Recife incomodaram os defensores de teorias eugenistas, que consideravam os negros seres ‘naturalmente’ indolentes, apáticos, ‘selvagens’, ignorantes etc. Apesar desse ‘enfrentamento’ da lógica racista, não houve qualquer envolvimento dos membros da associação na defesa de critérios de ‘igualdade’; suas estratégias direcionaram-se à sua própria dissociação dos estigmas da escravidão (Mac Cord, 2012).

Antonio Luigi Negro analisou o papel desempenhado pela produção e pela circulação de imagens fotográficas em cartões postais, durante o processo de reconciliação nacional estadunidense, no pós-abolição, a partir da década de 1880. Segundo o autor, os cartões postais de linchamentos e de negros acorrentados foram usados, inclusive, para sustentar o racismo científico, à medida que corroboravam a polarização entre civilização e selvageria, burgueses e trabalhadores, brancos e negros. Desse modo, “[...] o gozo da supremacia branca fazia o racismo levantar impune nas asas do *postcard*” (Negro, 2019, p. 8). A despeito das teorias eugenistas, os artífices de cor responsáveis pela edificação do liceu fizeram da fotografia (diferentemente do que ocorria em relação aos *postcards* estadunidenses) um importante veículo para comunicar aspectos de distinção, ‘avanço’, ‘civilização’ e ‘progresso’ representados pelo palacete dedicado ao ensino profissional.

O uso das casacas representava um elemento simbólico do enfrentamento das lógicas racistas da época, como defendeu Marcelo Mac Cord (Mac Cord, 2012). Talvez os consócios da SAML tenham defendido intencionalmente certa ‘igualdade’ com capitalistas que desejavam proletarizá-los. Através de iniciativa particular em prol da instrução, aqueles artífices e homens de cor edificaram o liceu na região nobre do Recife, fincando seu lugar no ‘mundo da ordem’ (Mattos, 2004). O Palacete do Liceu, local em que foi construído, o vestuário dos sócios, as relações verticais e horizontais com o ‘mundo da ordem’ e da política indicavam a sua ‘superioridade’ em relação aos demais trabalhadores e viventes do Recife.

A fotografia de inauguração do liceu demarcou um ponto de chegada e fincou um lugar social específico, entretanto os artífices enfrentaram adversidades no decorrer do ‘longo século XIX’, como demonstramos anteriormente. As modificações políticas após o golpe republicano ao Imperador Pedro II alteraram gradativamente as relações verticais entre os artífices, os poderes públicos e as elites locais no Recife.

De acordo com Pamela Cox, as primeiras filmagens de locais de trabalho, no início do século XX, na Grã-Bretanha, seguiram três formatos específicos: ou destacaram trabalhadores saindo de seu local de trabalho, ao fim de uma jornada; ou capturaram

complexos cenários de trabalhadores em ruas, mercados e docas; ou, por fim, apresentaram trabalhadores executando tarefas específicas em seus locais de trabalho.

As fotografias analisadas a seguir enquadram-se na terceira categoria: trabalhadores executando tarefas específicas em seus locais de trabalho e, especificamente, em seu local de estudo. Desenvolvemos uma ‘análise semiológica’, com intuito de percebermos significados materiais e simbólicos de práticas, ritos, insumos e resultados específicos das fotografias (Cox, 2019).

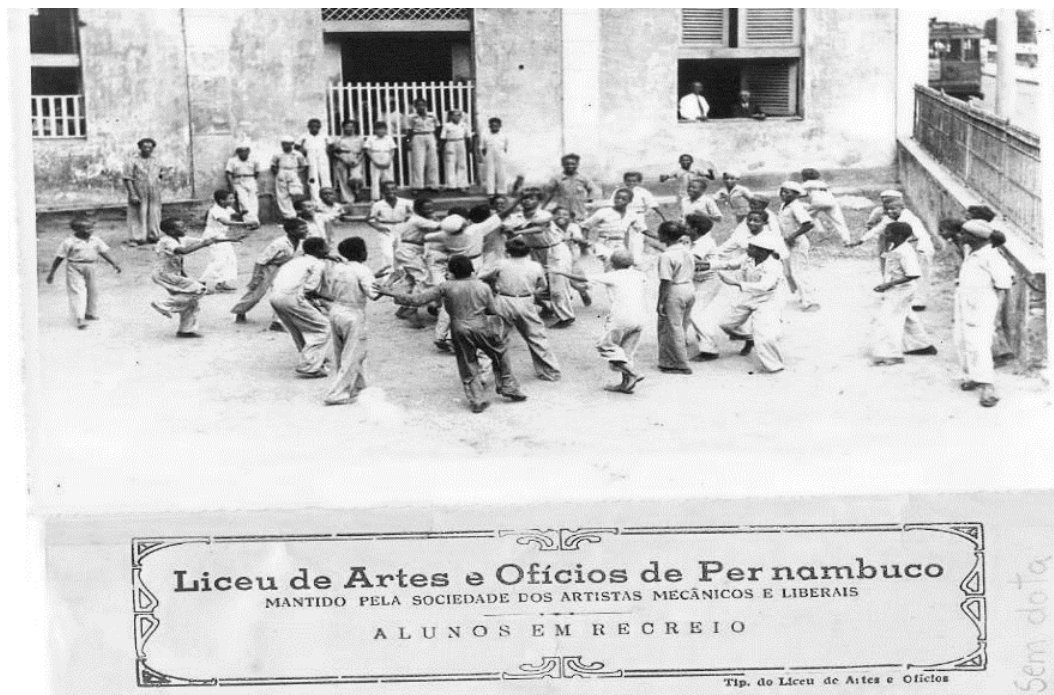


Figura 02 – Alunos em recreio.

Fonte: Liceu de Artes e Ofícios (2020a).

‘Alunos em recreio’, informa a descrição impressa na moldura da fotografia (Figura 02). Segundo uma reportagem publicada no Diário de Pernambuco, em 1937, apenas as oficinas do liceu funcionavam durante o dia. As aulas primárias e secundárias do Curso Artístico e do Curso Profissional ocorriam durante a noite, no intuito de permitir que os(as) alunos(as) desenvolvessem ‘outros afazeres’ – leia-se ‘trabalhos’ – e pudessem seguir com seus estudos (Pernambuco, 1937). Vê-se que a fotografia foi intencionalmente montada, em dois planos. No primeiro plano, destaca-se a brincadeira intensa de alguns meninos rumando para o centro da foto e, no segundo plano, os olhares contemplativos nos meninos menores e a postura vigilante dos professores na janela, à direita.

Impressiona a totalidade de pessoas negras nesta imagem, tanto na situação de brincantes quanto na de espectadores (dentro e fora das grades, à esquerda) e de vigilantes. Mas o que mais impressiona é a simplicidade dos trajes dos meninos e o fato de estarem majoritariamente descalços, com roupas de trabalho (macacões),

enquanto alguns têm barretes sobre as cabeças. Por razões que ainda necessitam ser explicadas, os meninos do liceu foram fotografados descalços, e isso não se deveu ao momento da brincadeira apenas. Na Figura 04, fotografia na qual se encontram em sala de aula, também aparecem descalços.

Utilizando as fotografias escolares como fonte de pesquisa sobre a escola primária, Rosa Fátima de Souza investigou a história institucional dos primeiros grupos escolares em Campinas, São Paulo, entre os anos de 1897 e 1950. As fotografias escolares simbolizam o próprio sentido social e cultural da escola, ao registrarem a classe e cada aluno(a) junto aos docentes e às vezes ao diretor. Na análise das fotografias das classes escolares, Rosa observou crianças descalças, demonstrando a condição social homogênea do grupo. Dentre filhos e filhas da classe operária, as crianças negras apareceram em pequeno número nas fotografias analisadas por Rosa Fátima, porém foi por meio desses registros que se visualizou a presença desse grupo nas escolas e a condição social dessas crianças, em sua maioria descalças, assim como as do Liceu de Artes e Ofício no Recife (Souza, 2001).

Na historiografia, há inúmeros relatos das vestimentas utilizadas por escravizados e libertos. A vinculação do uso de sapatos ao status de livre chegou a ser utilizada em anúncios de escolas na Corte – havia escola gratuita para ‘descalços e calçados’ (Moura, 2004; Silva, 2018; Machado, 2004). A educação para crianças negras incluiu-se como projeto de busca da emancipação e construção constante da situação de liberdade (Silva, 2018). A permanência dos pés descalços relacionados à intersecção entre raça e classe social das crianças matriculadas nas aulas do liceu não é mero acaso, aponta a sua condição social. Eram crianças negras e pobres que buscavam naquela instituição um caminho para sua emancipação plena, através da melhoria de suas condições sociais, apesar da crescente e insistente exclusão social promovida pelas teorias raciais da época (Dávila, 2006).

Essa fotografia (Figura 02) apresenta um indício quanto à datação feita pela UNICAP, sua instituição de guarda. No canto superior direito, há a silhueta de um bonde elétrico em funcionamento no Recife. Conforme especialista, esse veículo funcionou na cidade até finais da década de 1950 (Stiel, 1984). Seguindo-se tais datações à risca, constata-se que é impossível a fotografia ter capturado o momento de recreio dos alunos e um bonde elétrico trafegando na rua, no ano de 1966, como consta nos registros da UNICAP.

A intenção de veiculação da ideia de que o liceu era atento às questões referentes à disciplina de seus alunos foi elemento comum nas fotografias que analisamos do liceu, seja na ‘sessão cívica’, nas salas de aula, como também no recreio. A ‘autoimagem’ (Mauad, 2019) da instituição, veiculada nas fotografias, era a de um local protegido e constantemente fiscalizado para as atividades educacionais/laborais dos estudantes.



Figura 03 – Sessão de Artefatos de Madeira.

Fonte: Liceu de Artes e Ofícios. (2020b).

Num grande galpão em funcionamento, em plena luz do dia, alunos com diversos tons de pele e idades participavam da oficina de marcenaria do liceu, sob a supervisão dos ‘mestres’ Vicente Sacramento e João Gomes da Silva (Figura 3). Nessa fotografia, a intenção parece ter sido enfatizar a amplitude do espaço destinado à aprendizagem da carpintaria/marcenaria, e não as atividades específicas dos estudantes. Em primeiro plano, aparecem apenas a matéria-prima e um aluno isolado à direita, trabalhando em uma das mesas ou estação de trabalho. No segundo plano, estão os mestres com estudantes pequenos e maiores, na lida com as máquinas e as madeiras. Ao fundo, em terceiro plano, uma grande quantidade de estudantes no que parecem ser outras estações de trabalho (como aquela em que estava o estudante isolado do primeiro plano), dando a impressão de tratar-se de um espaço muito grande, arejado e bem iluminado (com a luz emanando tanto das grandes janelas à direita quanto dos basculantes à esquerda), que contava inclusive com um mezanino, ao fundo, à esquerda. No ensino de ofício, a relação entre mestre e aprendiz exigia contato direto com a prática ‘laboral’ a ser exercida. Embora não vejamos com nitidez, nessa fotografia, parece haver o contato direto dos alunos com a marcenaria, por exemplo, indicando que o ensino se pautava pela prática.

Mas, em concordância com Nascimento (2016), destacamos, como já afirmamos anteriormente, que pesquisadores(as) das duas áreas (História e Educação) ainda incorreram na ‘ausência’ do debate de ‘cor’ de trabalhadores(as) educandos(as) e/ou

educandos(as) trabalhadores(as), apesar de ter havido um avanço nesse sentido, como demonstraram Fabiane Popinigis e Paulo Cruz Terra (Popinigis & Terra, 2019).

Ressaltamos ainda que, para além das distinções de classe e, consequentemente, da relação dos trabalhadores com os meios de produção, esses operários possuíam ‘cores’, gêneros e nacionalidades distintos, itens incontornáveis para a análise das suas experiências – principalmente quando se interseccionam – nas relações entre gênero, raça e classe social (Akotirene, 2019).

À revelia do ‘paradigma da ausência’, Miguel Arroyo, em artigo recente no qual discorreu sobre possíveis indagações suscitadas pela educação profissional e tecnológica, mencionou a questão da ‘cor’ de trabalhadores(as). Segundo Arroyo, a educação profissional precisa questionar-se se supera ou reproduz a subalternização tida como ‘natural’ – sexista, racista e classista (arroyo, 2019).

A primeira figura, a da instalação do liceu, em que a maioria dos membros pretos e pardos da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais posa para a posteridade em 1880, não destoa das fotografias analisadas aqui, entre as décadas de 1930 e 1960. No pós-abolição, quem foi estudar naquele estabelecimento provavelmente não o fez em busca de um ‘diploma de brancura’ – um dispositivo de embranquecimento ‘dos costumes’ ou voltado para a erradicação (violenta) da população de cor na sociedade brasileira (Dávila, 2006; Paixão & Gomes, 2008a) –, utilizado pedagogicamente nas instituições de instrução durante a Primeira República.

A relação da ‘cor’ daqueles(as) alunos(as), futuros(as) trabalhadores(as), teria sido determinante nas suas experiências de vida. Nossa documentação é insuficiente para a análise das trajetórias de vida daqueles(as) alunos(as) de ‘cor’ do liceu. Ficamos apenas com essas fotografias e seus rastros.



Figura 04 – Aula primária.

Fonte: Liceu de Artes e Ofícios. (2020c).

Noutra fotografia de ‘cenário montado’, com o objetivo de ‘revelar’ uma ‘autoimagem’ do liceu, os alunos perfilados em bancas (com exceção daqueles no primeiro plano à direita da fotografia), ao estilo do ‘ensino mútuo’, vestem macacões e outras roupas mais compostas (camisas, calças, cintos), porém aqueles cujos pés se podem ver (logo no primeiro plano da imagem) estão descalços, tal qual estavam na foto do recreio. O estar descalço (algo característico de pessoas pobres, quaisquer que fossem as suas cores, no pós-abolição) era algo tão comum que nem sequer houve um esforço para que fosse ocultado na foto. A professora ensina uma lição para o aluno no lado direito superior da imagem, sob o olhar vigilante de um homem (inspetor ou professor) que aparece ao centro, no terceiro plano, vestido de branco. A maioria dos alunos usa o mesmo macacão das fotografias anteriores, e não tem nenhum tipo de material escolar sobre as bancas.

A montagem dessa sala de ‘aula primária’ apresenta várias referências da arquitetura escolar do século XIX, para além das bancas. Toda a sala está ‘ornada’ com diversos materiais para as ‘lições de coisas’. A discussão sobre as ‘lições de coisas’ e a necessidade de objetos pedagógicos direcionados à experiência ‘sensorial’ para a aprendizagem não eram recentes. O método das ‘lições de coisas’ – defendido por Uchôa Cavalcante em seu relatório de viagem pedagógica, em 1879 (Schueler & Gondra, 2008) – possuía determinado conjunto de relações não apenas com os objetos pedagógicos e seus correspondentes códigos mas também com o conhecimento e o objetivo da aprendizagem (Lawn, 2013). Ao incorporarem as ‘lições de coisas’, as escolas deveriam apresentar uma diversidade de ‘objetos pedagógicos’ e virar verdadeiros ‘museus de história natural’, como o próprio liceu possuiu e ostentou. As ‘lições de coisas’ guardavam certa relação com o mundo prático, com aspectos materiais. Por vezes, para a sua execução, havia admoestações em relação à forma de aplicar o método em sala de aula. As reclamações quanto ao oneroso custo na compra dos ‘objetos pedagógicos’ foram comuns, tanto por parte dos docentes quanto dos poderes públicos (Lawn, 2013), desde a segunda metade do século XIX (Gonçalves Filho, 2016).

O uso de ‘objetos pedagógicos’ era condição *sine qua non* para a aprendizagem dos ofícios, tal qual ocorria nas concepções das ‘lições de coisas’, como vemos nas fotografias. A emersão desse método esteve relacionada à própria redefinição da concepção de ensino, com base em racionalização, organização e administração da escola. De acordo com Rosa de Fátima Souza, “[...] o foco da discussão recaiu sobre o programa graduado de ensino e o trabalho do professor [que] reconfigurou-se em função da discussão sobre conteúdo e método” (Souza, 2001, p. 16). O uso de ‘objetos pedagógicos’ dispostos nas salas e a existência de um museu pedagógico (como veremos na Figura 05, a seguir) foram ferramentas pedagógicas adotadas pelo método intuitivo, cujo argumento defendia que o conhecimento surgiria no entendimento da criança proporcionado pela experiência dos sentidos (Gomes, 2011, p. 56; Warde & Oliveira, 2021; Kahn, 2014; Bastos, 2013; Valdemarin, 2000, 2001).

‘Lições de coisas’ e ‘ensino profissional’ condensaram-se no Liceu de Artes e Ofícios, a fim de estimular o ‘progresso’ e a ‘civilização’ e contribuir para o desenvolvimento e para a ‘distinção’ daqueles(as) alunos(as) atendidos(as) pela instituição. Não asseguramos que as aulas ofertadas no Liceu de Artes e Ofícios tenham relação direta com a apropriação das ideias de Rui Barbosa sobre o ensino profissional (cuja matéria de Desenho figurou como prioridade) e sobre as ‘lições de coisas’ (Silva, Carlos, & Medeiros Neta, 2020). Apesar de reconhecermos o papel de Rui Barbosa na tradução do livro de Calkins, intitulado *Primeiras lições de coisas*, bem como na defesa do ‘ensino industrial’ enquanto método mais adequado à instrução das ‘classes populares’, entendemos que as ideias e os usos práticos das ‘lições de coisas’ já estavam em circulação em terras recifenses, visto que o próprio Uchôa Cavalcante publicou um relatório de viagem, em 1879, no qual discorreu sobre o ‘moderno’ método de ensino.

Diana Vidal mencionou a circulação das ‘lições de coisas’ entre Brasil, Portugal e França, durante o século XIX. O fluxo de objetos, pessoas e métodos de ensino foi um efeito da internacionalização crescente das sociedades, culturas e indústrias (Vidal, 2017). Se levarmos em conta essa definição de Vidal, o liceu quis demonstrar, nas fotografias, que estava articulado, dentro das suas possibilidades, com o que ocorria de mais moderno no mundo.



Figura 05 – Museu do Liceu.

Fonte: Liceu de Artes e Ofícios (2020d).

Na Figura 05, Museu do Liceu, observamos uma sala ocupada por peças taxidérmicas (empalhadas). O empalhamento, maneira como animais são montados para exibição ou estudo, é uma técnica mais barata e simples de taxidermia – de aves, peixes, mamíferos etc., os quais são dispostos para exibição ao público. Analisando a materialidade da cultura escolar, Margarida Louro Felgueiras refletiu sobre o significado das atividades da preservação do patrimônio educativo para a historiografia da educação, bem como acerca da divulgação do conhecimento e dos museus. Conforme a autora, foi no contexto das exposições universais que os primeiros museus de educação emergiram e se popularizaram. Os museus escolares, com suas coleções de materiais sobre ciências da natureza, dados etnográficos, de geografia natural e humana, adequavam-se às propostas das lições de coisas, cujas orientações didáticas se voltaram para a instrução através do uso dos sentidos (Felgueiras, 2011).

No caso de Portugal, analisado por Felgueiras, os museus escolares foram propostos, à luz do debate do método intuitivo (ou de lições de coisas), para que se realizasse uma aprendizagem prática e intuitiva (Felgueiras, 2011).

Em 1900, anos antes do registro da Figura 05, o museu do Liceu de Artes e Ofícios esteve sob a administração de Telles Júnior, artista plástico e professor do liceu que disputara as eleições daquele ano (Souza, 2018). Segundo ele, o museu deveria empregar esforços para adquirir um acervo rico de produtos artísticos e industriais, da parte entomológica, ou seja, das coleções de insetos (armazenados, ordenados e preservados), da parte de espécimes mortos, além de adquirir uma boa quantidade de objetos minerais para estudo, que requeriam despesas de conservação constantes e um profissional encarregado de seus cuidados. Para o diretor da SAML, se o museu contasse com rico acervo artístico-industrial, poderia substituir as oficinas e teria uma importância pedagógica sem igual, de manutenção bem menos custosa (Costa, 1900). Entre a ciência e a economia, a segunda prevaleceria.

Uma determinada história intelectual tende a lançar luz sobre as ações de determinados sujeitos responsáveis pela promulgação de legislações e promotores de determinadas práticas sociais. A Lei nº 7.566/1909, da criação de Escolas de Aprendizes e Artífices, na qual se ofereceria o curso primário (ler, escrever e contar) e o curso de Desenho (para o exercício satisfatório do ofício que se aprenderia), é por vezes assemelhada às indicações de Rui Barbosa, como se recebesse sua influência (Silva et al., 2020). Se levarmos em conta essa definição, o liceu, modernamente, apropriou-se das recomendações propostas pelo político brasileiro, em meados da Primeira República.

Apesar da falta de documentação específica sobre o ensino de ofício e os métodos de ensino empregados no liceu, devemos considerar que, mesmo que a leitura de livros como o de Calkins tenha influenciado intelectuais como Rui Barbosa, a experiência no ensino prático de ofícios realizado pelos trabalhadores do liceu data

de períodos anteriores à publicação desse material. Talvez possamos inverter essa lógica ‘das influências’ por meio da seguinte pergunta: quanto das experiências agenciadas pelas escolas de ensino profissional mantidas por associações de trabalhadores, durante o século XIX, influenciou nas tomadas de decisão de políticos sobre a educação, ao longo da Primeira República?

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Figura 06 – Vista em plano alto do Bairro de Santo Antônio.

Fonte: Elaboração própria, a partir do Google Earth.

Atualmente, no Palacete do Liceu, não funcionam mais aulas. Elas foram transferidas para um antigo colégio jesuíta, o Nóbrega, em frente à Universidade Católica de Pernambuco, que passou a gerenciar o liceu. A imagem acima (Figura 06) mostra o espaço social no qual foi construída a instituição. O palacete, em 1880, encontrava-se no ‘miolo’ dos prédios da elite provincial, em frente ao Teatro Santa Isabel e ao Palácio dos Campos das Princesas – centro administrativo da província e depois do estado de Pernambuco. Ao lado do liceu, está o Tribunal de Justiça de Pernambuco, construído em 1930. O complexo arquitetônico do bairro de Santo Antônio guarda relações íntimas com o passado colonial/senhorial e ‘branco’ pernambucano. O Palácio de Friburgo, local de administração holandesa na antiga capitania, foi construído durante o governo de Maurício de Nassau e demolido ainda no século XVIII (Cavalcanti, 2009). Edificado por artífices pretos e pardos, em local ‘histórico’ e administrativo (e ‘branco’), o liceu encerrou parte da trajetória daqueles aristocratas do trabalho, cimentando sua edificação de prestígio social.

A ‘cidade negra’ do Rio de Janeiro, analisada por Sidney Chalhoub, ao mesmo tempo que escondia a condição social de negros (escravos, libertos e livres) pela densidade populacional de ‘pessoas de cor’, era, por isso mesmo, a cidade que os libertava (Chalhoub, 2011). No Bairro de Santo Antônio, no Recife, a assertiva inverteu-se em relação ao liceu. O palacete exibia às claras e monumentalmente a condição social alcançada por aqueles artífices – a de aristocratas do trabalho – e apontava suas expectativas: disseminar a instrução de ofício, lograr distinção social e, a despeito da ‘cor’ daqueles trabalhadores, dignificar o trabalho manual como atributo de homens livres.

Não podemos evidenciar se a instrução foi uma espécie de ‘batismo’, como propôs Pinto Júnior, mas defendemos que ela foi o principal fator para a instalação e a manutenção das atividades das associações de trabalhadores. Diante de uma sociedade escravista, os artistas mecânicos se associaram taticamente (Certeau, 2011) para transformar sua condição social e pugnar por melhores condições de trabalho. Considerando a relação vertical ascendente, a atuação da SAML e a abertura de cursos para o ensino profissional foram uma estratégia. Levando em conta a relação horizontal daqueles trabalhadores organizados e os demais trabalhadores atuantes no ofício do mercado de edificações no Recife, a abertura do Liceu de Artes e Ofícios foi uma estratégia, pois visou ao controle do mercado de trabalho (Certeau, 2011), além de atestar a alfabetização de sujeitos, exigência para votar e ser votado em fins do Império e início da Primeira República.

Para os artistas mecânicos e liberais, a estratégia (Certeau, 2011) da instrução foi extremamente relevante à sua organização, à sua dignificação na condição de pessoas livres e trabalhadoras e à manutenção de suas atividades coletivas. Por meio das fotografias, consideramos que a atuação pedagógica foi a principal responsável pela abertura e pela manutenção de cursos voltados para o ensino profissional, e foi a existência desses cursos que permitiu a longevidade da Associação dos Artistas Mecânicos e Liberais e do seu Liceu de Artes e Ofícios. Não bastou tecer relações verticais ascendentes com os poderes públicos nem mesmo resumir-se à construção do Palacete do Liceu. A manutenção do edifício associativista e pedagógico daqueles consócios demandou, também, contínua publicização de suas atividades, a fim de demonstrar sua pertinência e eficácia para o Recife

REFERÊNCIAS

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo, SP: Pólen.

Arroyo, M. G. (2019). A educação profissional e tecnológica nos interroga. Que interrogações? *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, 3(1).

Bastos, M. H. C. (2013). Método intuitivo e lições de coisas por Ferdinand Buisson. *História da Educação*, 17(39), 231-253.

Burke, P. (2017). *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora Unesp.

Castro, M. J. S. (1900). Relatório apresentado à Assembleia Geral da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco pelo seu diretor Manoel Joaquim de Sant'Anna Castro. *Imprensa Industrial* (Diversos III. 019, Cx. 30-APEJE).

Castro, M. J. S. (1906). *Relatório da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco apresentado à Assembleia Geral pelo diretor M. J. de Sant'Anna Castro*.

Cavalcanti, J. B. U. (1875). Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Pública apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província em 31 de janeiro de 1875. *Typographia de Manoel Figueirôa de Faria & Filhos* (APEJE).

Cavalcanti, V. B. (2009). *Recife do Corpo Santo* (2a ed.). Recife, PE: Bagaço.

Certeau, M. (2011). *A invenção do cotidiano* (17a ed., Vol. 1). Petrópolis, RJ: Vozes.

Chalhoub, S. (2011). *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Costa, F. A. P. (1900). *A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, mantenedora do Lyceu de Artes e Ofícios de Pernambuco*. Recife, PE.

Cox, P. (2019). Os usos de filmes e fontes visuais na história do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, 11, 1-13.

Cunha, A. J. (1922). *Relatório da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais mantenedora do Lyceu de Artes e Ofícios apresentado pelo Diretor do ano de 1921 Augusto Julio da Cunha*.

- Cunha, L. N. (2005). A população negra nos conteúdos ministrados no curso normal e nas escolas públicas primárias de Pernambuco, de 1919 a 1934. In Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *História da educação do negro e outras histórias* (p. 221-247). Brasília, DF.
- Dávila, J. (2006). *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. São Paulo: Editora Unesp.
- Domingues, P. (2014). Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Revista Brasileira de História*, 34(67), 251-281. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882014000100012>
- Domingues, P. (2010). Esses intemoratos homens de cor: o associativismo negro em Rio Claro (SP) no pós-abolição. *História Social*, 19, 109-134.
- Felgueiras, M. L. (2011). Herança educativa e museus: reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação história. *Revista Brasileira de História da Educação*, 11(1 [25]), 67-92. Recuperado de: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38507>
- Gomes, M. L. M. (2011). Lições de coisas: apontamentos acerca da geometria no manual de Norman Allison Calkins (Brasil, final do século XIX e início do XX). *Revista Brasileira de História da Educação*, 11(2 [26]), 53-80. Recuperado de: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38497>
- Gonçalves Filho, C. A. P. (2016). *Escola de Primeiras Letras: o ensino público primário em Pernambuco durante a segunda metade do século XIX* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Gondra, J. G., & Schueler, A. (2008). *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo, SP: Cortez.
- Hobsbawm, E. J. (2008). *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária* (5a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

- Imperial, S. A. M. L. (1881). Sessão de inauguração do Lyceu de Artes e Ofícios a cargo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, e festa de seu 39º aniversário. *Tipografia de Manoel Figueiroa de Faria e Filhos* (Diversos III. 018, Cx. 30-APEJE).
- Kahn, P. (2014). Lições de coisas e ensino das ciências na França no fim do século 19: contribuição a uma história da cultura. *História da Educação*, 18(43), 183-201.
- Lawn, M. (2013). Uma pedagogia para o público: o lugar de objetos, observação, produção mecânica e armários-museus. *Revista Linhas*, 14(26).
<https://doi.org/10.5965/1984723814262013222>.
- Liceu de Artes e Ofícios. (2020a). *Alunos em recreio* (FOTOGRAFIAS, foto n. 19, Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133). Recuperado de: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b5c.jpg>
- Liceu de Artes e Ofícios. (2020c). *Aula primária do Curso profissional* (FOTOGRAFIAS, foto n. 13, Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133). Recuperado de:
<https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b55.jpg>
- Liceu de Artes e Ofícios (2020d). *Museu do Liceu*. (FOTOGRAFIAS, foto n. 14, Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133). Recuperado de: <https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b55.jpg>
- Liceu de Artes e Ofícios. (1880). *Palacete do Liceu de Artes e Ofícios do Recife* (FOTOS, Armário 8.2.2. (6), negativo 04340). Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca Nacional (BN).
- Liceu de Artes e Ofícios. (2020b). *Seção de artefatos de madeira* (FOTOGRAFIAS, foto n. 16, Universidade Católica de Pernambuco - Biblioteca - MU 133). Recuperado de:
<https://www1.unicap.br/pergamum3/sumarios/00001b/00001b59.jpg>
- Mac Cord, M. (2012). *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

- Machado, M. H. P. T. (2004). Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo. In *História da Cidade de São Paulo*. São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Mattos, I. R. (2004). *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Mauad, A. M. (2014). Como nascem as imagens? Um estudo de história visual. *História: Questões & Debates*, 61, 105-132.
- Mauad, A. M. (2019). Imagem e autoimagem do Segundo Reinado. In *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional* (p. 136-169). São Paulo: Companhia de Bolso.
- Moura, C. (2004). *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo, SP: USP.
- Nascimento, Á. P. (2016). Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, 29(59), 607-626. [https://doi.org/https://doi.org/10.1590/s2178-14942016000300003](https://doi.org/10.1590/s2178-14942016000300003)
- Negro, A. L. (2019). Black americana: supremacia racial e supremacia de classe em fotografias da virada do século XIX ao XX. *Revista Mundos do Trabalho*, 11, 1-31.
- Paixão, M., & Gomes, F. (2008a). Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 949-969. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300014>
- Paixão, M., & Gomes, F. S. (2008b). Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. *Maracanan*, 4, 171-194.

- Pernambuco, D. P. (1937). O velho Lyceu de Artes e Ofícios: como está funcionando esse tradicional estabelecimento de ensino. *Diário de Pernambuco*, 096.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pasta=ano193
- Pinto Júnior, J. J. (1872). Revista da Instrução Pública. *Typographia Universal*, 1-50.
<http://www.acervocepe.com.br/acervo/colecao-jornais-seculo-xix---recife>
- Popinigis, F., & Terra, P. C. (2019). Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016). *Estudos Históricos*, 32(66), 307-328.
<https://doi.org/https://doi.org/10.1590/s2178-149420190001000015>
- Rios, A. M., & Mattos, H. M. (2004). O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, 5(8), 170-198.
<https://doi.org/https://doi.org/10.1590/2237-101X005008005>
- Santiago, C. A. S. (1896). Por que definham as artes em nosso país. *O Brazil Artístico Revista Mensal do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco*.
<http://www.acervocepe.com.br/acervo/colecao-jornais-seculo-xix---recife>
- Santos, C. A. I. (2018). *Marchar não é caminhar: interfaces políticas e sociais das religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro contra os processos de Intolerância Religiosa (1950-2008)* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Santos, Y. S. (2021). *Associativismo e docência no Recife: estratégias de atuação sociopolítica de trabalhadores docentes entre os anos de 1872-1915* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40183>
- Schueler, A. F. M., & Gondra, J. G. (2008). Reformas educativas, viagem e comparação no Brasil oitocentista: o caso de Uchoa Cavalcanti (1879). *Educação e Pesquisa*, 34(3), 437-448.
<https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022008000300002>

- Silva, A. L. (2018). Caminhos da liberdade: os significados da educação dos escravizados. *Revista Brasileira de Educação*, 23.
<https://doi.org/https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230067>
- Silva, A. L. (2019). Flores de ébano: a educação em trajetórias de escravizadas e libertas. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, 04(10), 299-311.
<https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/5072/pdf>
- Silva, A. M. P. (2000). *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília, DF: Editora Plano.
- Silva, A. M. P. (2007). Processos de construção da escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX (1a ed.). Recife, PE: Editora Universitária da UFPE.
- Silva, J. C. C., Carlos, N. L. S. D., & Medeiros Neta, O. M. (2020). Rui Barbosa's ideas for Professional Education in Brazil (1879-1909): between the industrial, the popular and the nation. *Research, Society and Development*, 9(10).
- Silva, K., & Silva, M. (2006). *Dicionário de conceitos históricos* (2a ed.). São Paulo, SP: Contexto.
- Souza, F. A. (2012a). *Direitos políticos em depuração: A Lei Saraiva e o eleitorado do Recife entre as décadas de 1870-1880* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Souza, F. A. (2018). *A participação política das classes populares em três movimentos, Recife (c.1880 - c.1900)* (Tese de Doutorado). Unicamp, Campinas.
- Souza, R. F. (2001). Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. *Educar em Revista*, (18), 75-101. Recuperado de:
<https://doi.org/10.1590/0104-4060.235>

Souza, R. F. (2012b). Tecnologias de ordenação escolar no século XIX: currículo e método intuitivo nas escolas primárias norte-americanas (1860-1880). *Revista Brasileira de História da Educação*, 5(1 [9]), 9-42. Recuperado de: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38655>

Stiel, W. C. (1984). *História do transporte urbano no Brasil. História dos bondes e trólebus e das cidades onde eles trafegaram*. Brasília, DF: EBTU.

Valdemarin, V. (2001). Ensino da leitura no método intuitivo: as palavras como unidade de compreensão e sentido. *Educar em Revista*, 17(18), 157-182. Recuperado de: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/32822/20806>

Valdemarin, V. (2000). Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. *Cadernos CEDES*, 20(52), 74-87. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622000000300006>

Vidal, D. (2017). Transnational education in the late nineteenth century: Brazil, France and Portugal connected by a school museum. *History of Education*, 46(2), 228-241. <https://doi.org/10.1080/0046760x.2016.1273402>

Warde, M. J., & Oliveira, F. R. (2021). Quackenbos como antídoto a Ortiz & Pardal: o ensino da gramática da língua portuguesa no parecer de Ruy Barbosa, 1882. *Educação em Revista*, 37, e26782. <https://doi.org/10.1590/0102-469826782>

YAN SOARES SANTOS é doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco PPGE-UFPE (2021). É vice-líder do grupo de pesquisa "História da Educação e das práticas de educabilidade no mundo ibero-americano" (GHEPEMI/UFPE), sob orientação da professora Adriana Maria Paulo da Silva. Atuando em pesquisas sobre ensino profissional, associativismo operário, associativismo docente, no século XIX e início dos XX. Com foco na relação entre, as associações de ofício e associativismo negro. Articulam-se as áreas de História Social da Educação, História Social do Trabalho, História do Ensino Profissional, Relações Étnico-Raciais.

E-mail: yan.ssantos27@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8304-7776>

ADRIANA MARIA PAULO DA SILVA é professora da Universidade Federal de Pernambuco, do Programa de Pós-graduação em Educação e do ProfHistória da UFPE. Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. É líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação e das Práticas de Educabilidade no Mundo Ibero-americano. Foi coordenadora e vice-coordenadora do GT História da Educação da ANPEd de 2018 a 2021. Atua na Coordenação de Formação Docente das Licenciaturas do Centro de Educação da UFPE.

E-mail: adriana.mpsilva2@ufpe.br
<https://orcid.org/0000-0002-7702-9501>

Recebido em: 20.11.2021

Aprovado em: 12.04.2022

Publicado em: 01.07.2022

Editores-associados responsáveis:

Adlene Arantes

E-mail: adlene.arantes@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7007-0237>

José Gonçalves Gondra

E-mail: gondra.uerj@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0669-1661>

Surya Aaronovich Pombo de Barros

E-mail: surya.pombo@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7109-0264>

Rodadas de avaliação:

R1: quatro convites; três avaliações recebidas.

Como citar este artigo:

Santos, Y. S., & Silva, A. M. P. O Liceu de Artes e Ofícios do Recife e suas táticas de instrução de trabalhadores negros no período pós-emancipação. (2022). *Revista Brasileira de História da Educação*, 22. DOI:
<http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e218>

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).